



Revista Brasileira de Enfermagem

ISSN: 0034-7167

reben@abennacional.org.br

Associação Brasileira de Enfermagem

Brasil

Costa Dias, Denise; Murofuse, Neide Tiemi; Schneide, Jacó Fernando; Salete Tonini, Nelsi;
Gonçalves de Oliveira, Beatriz Rosana

Reflexões sobre o desafio da administração da educação em enfermagem

Revista Brasileira de Enfermagem, vol. 57, núm. 4, julio-agosto, 2004, pp. 490-492

Associação Brasileira de Enfermagem
Brasília, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=267019634022>

- ▶ Como citar este artigo
- ▶ Número completo
- ▶ Mais artigos
- ▶ Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal
Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

REFLEXÕES SOBRE O DESAFIO DA ADMINISTRAÇÃO DA EDUCAÇÃO EM ENFERMAGEM

Denise Costa Dias*
Neide Tiemi Murofuse**
Jacó Fernando Schneider***
Nelsi Salete Tonini****
Beatriz Rosana Gonçalves de Oliveira*****

Resumo

Esse artigo objetiva suscitar reflexões e apontar elementos para subsidiar a formação e atuação de líderes na administração da educação de enfermagem. Ao assumir o papel administrativo é preciso compreender a dimensão do processo educativo como algo que vai além da mera transferência de conhecimentos. Abordamos questões relacionadas as dimensões da educação de enfermagem, sobre a construção de projeto político pedagógico que norteie o conjunto das ações de formação profissional, embasado nas diretrizes curriculares. Mencionamos também o papel da coordenação na avaliação externa e interna dos cursos. Apontamos ainda a necessidade de rever a formação dos enfermeiros a fim de que esses possam responder com propriedade técnico-científico-política aos encargos que têm assumido no mundo do trabalho.

Descriptores: educação em enfermagem; administração; enfermagem; ensino

Abstract

This article aims to trigger ideas and to point elements to for leaders' development to nursing education administration. While assuming the administrative role is necessary to understand the dimension of the educational process as something that goes beyond the simple knowledge transference. We present issues related to the nursing education dimensions, about the building a political pedagogical guideline to actions of professional development, based in the policies for the nursing curriculum. We mention the role of faculty leaders in the courses external and internal evaluation. We also present the need to redirect nurses' education to prepare them to respond properly (technically, scientifically and politically) to the workforce demand.

Descriptors: education; nursing; administration

Title: Insights about the challenge of nursing education administration

Resumen

Este artículo objetiva suscitar reflexiones y apuntar elementos para subsidiar la formación y actuación de los líderes en la administración de la educación de enfermería. Para asumir el papel administrativo es necesario la comprensión de la dimensión del proceso educativo como algo que va adelante de la mera transferencia de conocimientos. Abordamos cuestiones relacionadas a las dimensiones de la educación en enfermería, sobre la construcción del proyecto político pedagógico que norteélo lo conjunto de acciones de formación Profesional, con base en las directrices para los currículos de enfermería. Mencionamos también el papel de la coordinación de los cursos en las evaluaciones externas y internas. Puntamos finalmente la necesidad de rever la formación de los enfermeros para que estés puedan responder con propiedad técnico-científico-política a los encargos que asumen en lo mundo del trabajo.

Descriptores: educación en enfermería; enfermería; administración; enseñanza

Título: Reflexiones sobre el desafío de la administración de la educación de enfermería

1 Introdução

A administração da educação em enfermagem abarca uma amplitude enorme de responsabilidades e constitui-se em um desafio para os que assumem posições de liderança neste âmbito.

Os autores desse artigo exercem ou exerceram funções de liderança na educação de enfermagem em uma universidade pública estadual no oeste do Paraná, e objetivam, partindo de suas experiências, suscitar idéias sobre a administração da educação esperando com estas reflexões apontar elementos para subsidiar a formação de líderes para atuarem nessa área.

No exterior algumas universidades, como por exemplo o *College of Nursing* da Universidade de Illinois em Chicago, contemplam em seus currículos de pós-graduação disciplinas sobre a administração da educação de enfermagem; Disciplinas estas que focalizam o cuidado à saúde no contexto da sociedade e especialmente questões relacionadas ao planejamento estratégico, recursos, influências políticas, conflitos, mudanças e liderança. Com objetivos⁽¹⁾ como: -analisar as mudanças sociais que afetam a educação superior de enfermagem; - analisar influências políticas e legais que afetam tanto a educação quanto a administração desta educação; - discutir o papel do planejamento estratégico e a forma como este afeta mudanças no contexto das unidades de ensino; -

examinar o papel dos líderes atuais e futuros da educação em enfermagem; - discutir estratégias de resolução de conflitos dentro e fora da enfermagem; - discutir o desenvolvimento de futuros líderes para a educação de enfermagem.

No Brasil, as disciplinas de administração em enfermagem, parecem priorizar o gerenciamento da assistência, não aprofundando o âmbito administrativo da educação em enfermagem. Ao realizarmos uma busca avançada no LILACS com as palavras-chave: administração, educação, enfermagem, ensino, gerenciamento; não encontramos artigos que tratassem especificamente da administração da educação de enfermagem. Verificamos, portanto, que a temática é pouco abordada na literatura consultada.

A formação dos profissionais da enfermagem implica na articulação de diferentes saberes para a construção de conhecimento capaz de instrumentalizar a atuação destes profissionais em áreas diversificadas da assistência e gerência, como a área hospitalar e extra-hospitalar.

A introdução de novos equipamentos e tecnologias organizacionais configura a nova era da gestão conhecida como a da “flexibilidade modernizadora” que traz em seu bojo a precariedade no trabalho, evidenciadas pelos contratos temporários, através de empresas terceirizadas e cooperativas de profissionais da enfermagem⁽²⁾.

* Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela EERP-USP. Docente e coordenadora do colegiado do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. **Enfermeira. Doutora em Enfermagem pela EERP-USP. Docente do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Oeste do Paraná. ***Enfermeiro. Doutor em Enfermagem pela EERP-USP. Docente do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

****Enfermeira. Doutoranda em Enfermagem pela EERP-USP. Docente do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Oeste do Paraná e docente e coordenadora do curso de enfermagem da UNIPAR. *****Enfermeira. Mestre em Enfermagem pela EERP-USP. Docente do Curso de Enfermagem da Universidade Estadual do Oeste do Paraná.

Nesse contexto, é preciso considerar que “no processo pedagógico de formação profissional, a ponte entre a formação teórico-científica realizada intra muros e a realidade do meio, do mercado, é fundamental”⁽³⁾. Nessa perspectiva o desafio é tentar aproximar o conhecimento produzido na universidade articulado às mudanças que se processam na sociedade, especialmente no mundo do trabalho, para que na formação do enfermeiro sejam contemplados tanto os elementos particulares inerentes à profissão quanto os aspectos mais gerais do funcionamento da nossa sociedade.

Ao assumir o papel administrativo da educação em enfermagem é preciso compreender a dimensão do processo educativo como algo que vai além da mera transferência de conhecimentos, mas que envolve a criação de possibilidades para a sua produção ou sua construção. Além disso, a socialização da produção é necessária para a transformação social por meio da democratização efetiva.

Como docentes sentimos as exigências quantitativas das instituições com relação à produção científica e avaliações de desempenho que valorizam mais a produtividade acadêmica do que as atividades em sala de aula. Enquanto estas exigências multiplicam-se as condições de ensino e a remuneração pioram. É preciso descobrir como transformar situações tão adversas em momentos de aprendizagem e de construção de saídas a partir da fundação de novos laços sociais⁽⁴⁾. Ao assumirmos encargos de liderança na educação de enfermagem acumulamos responsabilidades administrativas enfocando a qualidade sem desconsiderar o quantitativo, na dimensão política defendemos sempre o ensino superior de enfermagem acessível e de qualidade.

Neste contexto, observa-se⁽⁵⁾ que “a capacitação técnica não deve vir separada da qualificação social. Os valores do mundo da economia, tais como eficiência, produtividade e competência gerencial, devem se integrar aos valores essenciais da humanidade[...]”.

2 As dimensões da educação em enfermagem

A educação universitária em enfermagem deve preocupar-se não apenas com o ensino em sala de aula, laboratórios e estágios, mas também em proporcionar a inserção do aluno em projetos de extensão que despertem-no para o compromisso social, e para a realidade do exercício profissional. E da mesma forma, deve propiciar a iniciação científica dos alunos, com o objetivo de preparar futuros enfermeiros com competência para desenvolverem pesquisas em seus locais de trabalho. Ou seja, o ensino, a pesquisa e a extensão constituem a finalidade da educação, contudo, esta não será alcançada sem a existência de meios adequados que concorram para sua promoção constante. Porém, segundo Demo⁽⁶⁾, “a trilogia repetida ‘ensino/pesquisa/extensão’ precisa ser revista, não só porque nossa experiência é pouco convincente, mas sobretudo porque os termos apresentam expectativas heterogêneas”.

No entanto, a coordenação deve incentivar o desenvolvimento das três dimensões e a articulação de meios adequados para sua promoção. Sendo assim, os recursos necessários para o desenvolvimento dessas atividades ultrapassam o âmbito do colegiado e alcançam uma dimensão estrutural e política. Dessa forma, faz-se necessária à atuação política do colegiado do curso para garantir o espaço para a enfermagem intra e extra muros.

Ainda que a educação esteja imbricada na sociedade em diferentes formas e níveis de complexidade, ela se expressa pela tomada de consciência, ou seja, é um processo socializador e de crescimento da pessoa humana. A legislação que sustenta a enfermagem considera o desenvolvimento do processo educativo como função básica da profissão. Desta maneira, os processos educativos e formativos constituem ação constitutiva

Legalmente, cabe como atribuição aos enfermeiros de nosso país, além do exercício da enfermagem a participação no ensino em escolas de enfermagem e de auxiliares de enfermagem e a direção de escolas de enfermagem e de auxiliares de enfermagem, conforme prevê a Lei n. 2604 de 18 de setembro de 1955. Entretanto, a educação e o processo educativo na área da enfermagem não se restringe aos aspectos acima, mas abrange diferentes âmbitos que abarcam da formação profissional à educação para a saúde junto à sociedade⁽⁷⁾.

A preocupação com o ensino da graduação em enfermagem tem resultado em publicações científicas sendo que no período de 1990 a 2001, foi a temática mais evidenciada entre os 168 artigos dos 43 números da REBEn examinados, o que pode estar relacionado com o fato de grande número de professores estarem inseridos no terceiro grau, ou à proposta da década de 1990 pela implantação do novo currículo em atendimento à nova LDB e a nova ordem social e educacional em nosso país⁽⁸⁾.

3 Projeto político pedagógico

Para que o ensino possa ser viabilizado com a qualidade que queremos no ensino superior no Brasil, é necessário considerar que alguns aspectos são imprescindíveis a fim de que o mesmo possa ocorrer, tais como o financiamento pleno das atividades necessárias para a formação, ai incluindo o ensino, a pesquisa e a extensão, conforme já apontamos, recursos humanos em quantidade e qualidade suficiente, e um projeto político pedagógico que norteie o conjunto das ações de formação profissional, embasado em diretrizes para o conjunto da profissão.

Cabe ao conjunto dos docentes e discentes que compõem um curso, que em nossa realidade denominamos colegiado de curso viabilizar o projeto político pedagógico (PPP) do curso e enfrentar os limites para sua implementação, quais sejam, a própria realidade, as condições concretas de trabalho, a carência de material, as diferenças e divergências de compreensão, os encaminhamentos e compromissos de cada um. É preciso ter clareza de que a concretização de um PPP não ocorre mecanicamente, sendo um projeto em permanente construção, não se resumindo a uma grade curricular⁽⁹⁾.

Mais do que propormos um PPP é necessário criar condições não de analisar apenas, mas, de realizar uma análise realmente crítica, especialmente por parte dos discentes, para subsidiar eventuais medidas de intervenção no novo currículo. “Assim, conforme o PPP, o conhecimento transmitido em nível teórico, deve emanar dos problemas práticos sociais vivenciados pelos alunos e que são parte dos problemas de saúde da população”⁽¹⁰⁾.

Para os autores, a reflexão referente à teoria deve ter como ponto de partida a realidade, numa busca de unidade de relação entre teoria e prática.

Assim, cabe refletirmos sobre onde, no PPP, buscamos contemplar o preparo dos futuros profissionais para a administração do ensino de enfermagem. As disciplinas de licenciatura, sem dúvida preparam para as questões pedagógicas, porém, não contemplam a dimensão administrativa. Como mencionamos anteriormente, a área de administração em enfermagem focaliza prioritariamente a administração da assistência. Embora elementos como liderança, planejamento, resolução de conflitos, entre outros, sejam abordados em várias disciplinas, isso não garante que ao assumirem cargos administrativos esses sejam exercidos efetivamente.

Além da questão pedagógica e administrativa, o gerenciamento da educação abarca a dimensão política. Ao ser concebido, o PPP deve ter a intenção de abranger esta dimensão, no entanto, sabemos que os atores envolvidos, de maneira geral, têm dificuldade de compreendê-la e de se

4 Avaliação interna e externa

Com relação à avaliação externa, é preciso lembrar que há mecanismos legais de avaliação das instituições de ensino, como o Exame Nacional de Curso (provão) recentemente extinto e substituído pelo Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que tem como proposta a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social, e especialmente a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional⁽¹¹⁾.

Com relação à avaliação interna esforços têm sido e continuam sendo realizados, pois ela não é um fim em si mesmo, sua importância decorre exatamente do fato de se constituir num meio privilegiado de auto-consciência e de compromisso com o planejamento para a melhoria da qualidade, a democratização e a transparência nas universidades⁽¹²⁾.

O coordenador de um curso deve ter como desafio a realização permanente do processo avaliativo interno e externo, como um meio a serviço do planejamento e de seu desenvolvimento para favorecer a permanente qualificação. Na avaliação interna deverão ser seguidos os trâmites postulados pelas instâncias administrativas da instituição.

5 Gerenciamento da informação

As mudanças ocorridas no mundo, decorrentes das transformações pelas quais passa a sociedade, nos seus diversos segmentos, aliadas ao desenvolvimento de novas tecnologias, apontam para necessidade de se organizar e gerenciar as informações, que passam a ser um recurso chave neste novo cenário.

A informação científica e técnica disponível podem apoiar os processos de tomada de decisão, mas o caminho entre sua produção e uso não é linear. Assim, ao colegiado de curso cabe promover integração e articulação entre pesquisa científica e decisão política. Além disso, deve fomentar o desenvolvimento científico e estimular a organização de eventos científicos e culturais.

6 Considerações finais

É crescente o aumento da oferta de cursos de formação profissional em nível médio, pós-médio, de graduação e pós-graduação. Visualizamos esse aumento de cursos como uma demanda do mercado de trabalho que absorve profissionais que deveriam estar habilitados para a educação em todos os níveis e aspectos por ela abrangidos.

Observamos que enfermeiros recém-formados assumem posições no âmbito do ensino, bem como, de liderança, em escolas de enfermagem em diversos níveis. Fica a preocupação com o suporte que este profissional tem para

desempenhar com consciência crítica esta função tão importante por ser referência tanto na sociedade como na própria profissão.

Apontamos a necessidade de rever a formação dos profissionais enfermeiros, durante o processo de avaliação dessa formação, configurado nas avaliações continuadas dos projetos políticos pedagógicos dos cursos, abarcando no conjunto de conhecimentos que perpassam seu preparo profissional o enfoque administrativo-gerencial também do ensino, a fim de que possa responder com propriedade técnico-científico-política aos encargos que tem assumido no mundo do trabalho.

Referências

1. College of Nursing University of Illinois at Chicago (UIC) -NUSC 543 Issues in Nursing Education Administration- Graduated course program. Internal document. Available from: URL: <<http://www.uic.edu>> .Accessed at: 2004 jul 20.
2. Murofuse NT. O adoecimento dos trabalhadores de enfermagem da Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais: reflexo das mudanças no mundo do trabalho [tese de doutorado em Enfermagem]. Ribeirão Preto (SP): Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo;2004.310 f.
3. Barbosa MA, Brasil VV, Sousa ALL, Monego ET. Refletindo sobre o desafio da formação do profissional de saúde. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília(DF) 2003 set/out; 56 (5): 574-6.
4. Nozawa MR, Kirschbaum DIR, Silva MAPD, Silva EM. Ensino de graduação em enfermagem da Unicamp: políticas e práticas. Revista Brasileira Enfermagem, Brasília(DF) 2003 nov/dez; 56(6): 683-6.
5. Dias Sobrinho J,Ristoff DI, organizadores. Avaliação Democrática: para uma universidade cidadã. Florianópolis(SC): Insular; 2002.
6. Demo P, Desafios modernos da educação. 4^a ed. Petrópolis(RJ): Vozes; 1996.
7. Santiago MMA, Lopes GT, Caldas NP. Educação em enfermagem através da REBEn: 1990-2001. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília(DF) 2002 mai/jun, 55 (3): 336-43.
8. Souza PNP de, LDB e ensino superior: estrutura e funcionamento. São Paulo: Pioneira; 1997.
9. Orso PJ, Projeto Político Pedagógico. Cascavel (PR): Edunioeste;1999.
10. Oliveira BRG de, Schneider JF, Rizzotto MLF, Rodrigues RM, Avaliação e construção de um projeto político pedagógico para a graduação em Enfermagem. Revista Brasileira de Enfermagem, Brasília, 2003, jul/ago; 56 (4): 369-73.
11. Ministério da Educação (BR). Portaria n.2.051, de 9 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Brasília(DF): Ministério da Educação;2004.
12. Colognese AS, Avaliação- desafios para o planejamento institucional. Relatório de Avaliação Institucional da Unioeste. Cascavel(PR): Edunioeste; 2003.

Data de Re却bimento: 22/07/2004

Data de Aprovação: 27/09/2004